Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	3
5.3 - Descrição - Controles Internos	4
5.4 - Programa de Integridade	6
5.5 - Alterações significativas	8
5.6 - Outras inf. relev Gerenciamento de riscos e controles internos	9
10. Comentários dos diretores	
10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	10
10.2 - Resultado operacional e financeiro	12
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	13
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	14
10.5 - Políticas contábeis críticas	15
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	17
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	18
10.8 - Plano de Negócios	19
10.9 - Outros fatores com influência relevante	20

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

- 5.1. Em relação aos riscos indicados no item 4.1, informar:
- a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política
- b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:
 - i. os riscos para os quais se busca proteção
 - ii. os instrumentos utilizados para proteção
 - iii. a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos
- c. a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada.

A Companhia não possui uma política formalizada de gerenciamento de risco em razão do seu baixo grau de complexidade. Como explicado no item 4.1, a Litela é uma sociedade de participações (holding) cujo principal ativo é a participação que detém na Vale S.A. Assim, os fatores de risco relevantes da Companhia estão relacionados com a capacidade da Vale de distribuição de lucros.

No entanto, os controles internos da Companhia na prática são bem definidos, a título de exemplo, cita-se:

- (i) O processo de pagamento de despesas: todos os pagamentos de despesas, com exceção de tributos, são previamente aprovados pela Diretoria da Companhia. O processo de autorização é instruído com todos os documentos necessários à justificação da despesa que se pretende realizar. Após a aprovação da despesa é feito o lançamento desta no sistema financeiro, e quinzenalmente é feito um cruzamento entre o sistema financeiro, o extrato de conta corrente bancário e o sistema contábil da empresa. Todo o processo de pagamento é digitalizado;
- (ii) Os sistemas financeiro e contábil possuem alçadas e permissões distintas para os diferentes grupos de trabalho (financeiro, fiscal e contábil) e permitem a identificação dos

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

colaboradores que realizaram os lançamentos e/ou exclusões, além de possuírem interface automática entre si;

- (iii) Os acionistas recebem mensalmente o fluxo de caixa da Companhia, juntamente com o extrato bancário de conta corrente;
- (iv) Todos os contratos com prestadores de serviços são aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia;
- (v) A Administração da Companhia realiza com frequência projeções de fluxo de caixa e estudos sobre a sua investida, visando antecipar uma eventual falta de liquidez e propor uma solução caso esta ocorra;
- (vi) Anualmente a Companhia realiza um teste de *impairment* do seu principal ativo; e,
- (vii) A Companhia é auditada por auditores independentes autorizados pela CVM e integrantes da lista de "Big four". Dentro do escopo da auditoria, está incluída a revisão da Escrituração Contábil-Fiscal ("ECF").

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercad

- 5.2. Em relação aos riscos de mercado indicados no item 4.2, informar:
- a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política
- b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado, quando houver, incluindo:
 - i. os riscos de mercado para os quais se busca proteção
 - ii. a estratégia de proteção patrimonial (hedge)
 - iii. os instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)
 - iv. os parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos
 - v. se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos
 - vi. a estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado
- c. a adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada.

A Companhia não possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado. Contudo, acompanha atentamente todos os movimentos da sua investida Vale, a qual está sujeita a risco de mercado, como alteração da taxa de câmbio, inflação e redução da demanda. Como já mencionado no item 4.2, o emissor tem como principal fonte de recursos os dividendos e juros sobre capital próprio recebidos de sua investida Vale. Consequentemente, uma diminuição relevante na capacidade de distribuição de dividendos por parte da Vale poderá afetar sua situação financeira e capacidade de pagamento.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

- 5.3. Em relação aos controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar:
 - as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las:

Tendo em vista a natureza das atividades exercidas pelo emissor, não são requeridos sistemas de controles internos muito complexos, porém os controles existentes são muito eficientes dentro do escopo necessário. No controle das operações são utilizados sistemas de tesouraria e de contabilidade integrados e de qualidade reconhecida no mercado, com limite de acesso. Desta forma, existem funções específicas para cada grupo de usuários que não podem ser visualizadas ou alteradas por outros grupos, garantindo assim a integridade das operações e seu correspondente registro contábil, cumprindo rigorosamente as normas internas que estabelecem limites de competência para cada nível. As principais operações do emissor consistem em pagamento de fornecedores, recebimento e pagamento de dividendos, bem como aplicação dos excedentes de caixa.

b. as estruturas organizacionais envolvidas

O emissor possui uma estrutura bem definida e compatível com o nível de suas operações, sendo composta por uma área de controladoria, um departamento fiscal, uma tesouraria e um departamento jurídico, os quais trabalham de forma integrada. Os gestores desses departamentos são responsáveis pelo gerenciamento dos controles internos de suas respectivas unidades e se reportam aos órgãos da Administração do emissor. Os Diretores da Companhia são responsáveis finais pela autorização de pagamentos a prestadores de serviços, assim como pelo acompanhamento e revisão das informações contábeis do emissor. Adicionalmente, as decisões relevantes e as estratégicas, estas independentemente do valor envolvido, são previamente submetidas à aprovação do Conselho de Administração.

c. se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

Para cada um dos departamentos do emissor foram definidos os fluxos operacionais, estabelecendo a atribuição e o limite de competência de cada membro. Todos os processos são revisados pelos responsáveis por cada unidade e estes se reportam aos diretores financeiro e administrativo do emissor.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

d. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

O Auditor Independente (KPMG Auditores Independentes) não levantou quaisquer deficiências e recomendações na Carta de Controles Internos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

e. comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Não aplicável em decorrência do exposto na letra "d".

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

- 5.4. Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:
- a. se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:
 - i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas
 - ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes
 - iii. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:
 - se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados
 - se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema
 - as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

• órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Companhia não possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública. Contudo a condução dos seus negócios é guiada pelos valores éticos e pelos princípios da legalidade e probidade.

- b. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:
 - se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros
 - se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados
 - se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé
 - órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias

O emissor não possui canal de denúncia.

c. se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas

O emissor nunca passou por processos de fusões, aquisições ou reestruturação societárias.

d. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

O emissor é uma holding destinada a investir em companhias de capital aberto do setor privado. Adicionalmente, o emissor não possui relacionamento com órgãos da administração pública.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas

5.5. Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos.

Não houve no último exercício social alterações significativas.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e co

5.6. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações relevantes que devem ser fornecidas.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

10.1 Os diretores devem comentar sobre:

a. condições financeiras e patrimoniais gerais:

A companhia apresentou lucro líquido no valor de R\$ 460.111.406,17 no exercício de 2018, equivalente a um lucro líquido por ação de R\$ 16,21. Em 2017, a companhia teve um lucro líquido no valor de R\$ 294.681.481,43, equivalente a um lucro líquido por ação de R\$ 10,38. Em 2016, a companhia teve um lucro líquido no valor de R\$ 226.642.538,01, equivalente a um lucro líquido por ação de R\$ 7,98. A Companhia apresenta um índice de liquidez de 156,83. Assim, a Administração entende que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para cumprir as suas obrigações de curto e médio prazo, bem como dar continuidade as suas atividades.

b. estrutura de capital

Estrutura de Capital	2018	2017	2016
Capital Próprio	91,40%	85,74%	83,78%
Capital de Terceiro	8,60%	14,26%	16,22%

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Litela apresentou nos últimos 3 (três) exercícios sociais plena capacidade de pagamento de todos os seus compromissos financeiros de curto e médio prazo, pois adota uma política financeira conservadora compatível com sua geração de caixa.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Em razão da Companhia ser uma holding, portanto, não operacional, não há fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não - circulantes utilizadas.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Atualmente a Companhia não tem a intenção de utilizar fontes de financiamento para cobertura de liquidez, porém, se no futuro a Companhia precisar utilizar tais fontes, esta recorrerá a contratos de empréstimos bancário.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

	2018	2017	2016
Índice de endividamento Geral	8,60%	14,26%	16,22%

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Nos 3 últimos exercícios sociais, a Companhia não possuía contratos de empréstimo e financiamento em vigor.

- ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

 Nos 3 últimos exercícios sociais, a Companhia não possuía relações de longo prazo
 com instituições financeiras.
 - iii. grau de subordinação entre as dívidas

A Companhia não possui dívidas subordinadas previstas em contrato. No entanto, a Companhia possui um passivo não circulante relativo a proventos em aberto.

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Não aplicável

- g. limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados Não aplicável
- h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras Não ocorreram alterações significativas nos itens das demonstrações financeiras.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

10.2 Os diretores devem comentar:

- a. resultados das operações do emissor, em especial:
 - i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita
 - ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

As receitas percebidas pela Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 advieram, principalmente, de dividendos decorrentes das participações detidas no capital social da Vale S.A., aplicações financeiras e da equivalência patrimonial.

 variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Nos últimos três exercícios não ocorram fatores que impactaram materialmente os resultados operacionais.

 c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante

Segundo os nossos critérios de análise dos impactos relacionados aos aspectos mencionados, tais fatores não afetaram o resultado operacional da Companhia no exercício de 2018.

PÁGINA: 12 de 20

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

- **10.3** Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:
 - a. introdução ou alienação de segmento operacional: *Não aplicável em razão da natureza de holding*
 - b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária: Nos últimos três exercícios a Companhia não constituiu, adquiriu ou alienou qualquer participação societária.
 - c. eventos ou operações não usuais: Nos últimos três exercícios a Companhia não teve eventos ou realizou operações não usuais.

PÁGINA: 13 de 20

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

10.4 Os diretores devem comentar:

- a. mudanças significativas nas práticas contábeis: Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018, 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 não ocorreram mudanças significativas nas práticas contáveis.
- b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis: *No exercício* findo em 31 de dezembro de 2018 não ocorreram efeitos significativos das alterações em práticas contábeis.
- c. ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor: *Não houve ressalva no parecer dos auditores independentes nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31/12/2018, apenas o parágrafo de ênfase abaixo.*

Ênfase

"Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 14 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que descreve o evento do rompimento da barragem de Brumadinho ocorrido nas instalações operacionais da investida Vale S.A. ("Vale"), em 25 de janeiro de 2019. Pela avaliação da Administração da Vale, o evento não se refere a uma condição existente na data das demonstrações financeiras e, portanto, não origina ajustes nos valores contábeis reconhecidos em 31 de dezembro de 2018. Os valores divulgados na nota explicativa relacionados a este evento foram baseados nas melhores estimativas da Administração da Vale, porém, no estágio atual das investigações, apurações das causas e possíveis ações de terceiros, não é possível mensurar de forma confiável todos os potenciais custos que a Vale poderá incorrer para fins de divulgação nas demonstrações financeiras".

Cumpre destacar que os auditores independentes da Companhia julgaram apropriado refletir em forma de ênfase nas Demonstrações Financeiras da Litela do exercício findo em 31/12/2018 a ênfase de eventos subsequentes colocada nas Demonstrações Financeiras da Vale S.A. (principal ativo da Litela), visto que as despesas desta última relacionadas à reparação da tragédia de Brumadinho podem afetar a sua capacidade de pagamento de proventos, assim como o seu valor contábil e de mercado, o que impactaria no valor do investimento da Companhia.

PÁGINA: 14 de 20

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5 Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros.

O emissor entende que a incerteza na data de pagamento dos proventos em aberto pode ser considerada como política contábil crítica adotada pela Companhia. Como explicado no item 4.1 do Formulário de Referência, a principal receita da Companhia são proventos deliberados pela Vale (até agosto de 2017, pela extinta Valepar S.A.), desta forma a suspensão da política de distribuição de resultados pela Vale ou a redução da sua capacidade de pagamento de proventos impactam diretamente a saúde financeira do emissor. Como consequência, o emissor efetua projeções quanto as datas em que conseguirá realizar o pagamento dos proventos por ele deliberados e não pagos.

Outro ponto que poderia ser interpretado como política contábil crítica adotada pela Companhia são os critérios usados para recuperação do seu principal ativo. Nesse sentido, esclarece o emissor que ao final de cada exercício é feita uma avaliação da participação em Vale para verificar se há evidência objetiva de que está deteriorado.

A Companhia considera que um ativo está deteriorado e os prejuízos de impairment são incorridos somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Os critérios que o emissor usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por impairment incluem:

- (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

- (iii) o Grupo, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria;
- (iv) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- (v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras;
- (vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
- mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;
- condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

Para ativos não financeiros de longa duração quando há indicação de redução do valor recuperável é identificado o menor grupo de ativos para os quais existem fluxos de caixa separadamente identificável ("unidade geradora de caixa" ou "UGC") e é realizado teste de impairment para identificar o valor recuperável desses ativos agrupados. Se identificada à necessidade de ajuste, o mesmo é apropriado a cada ativo. O valor recuperável é maior entre o valor em uso e o valor justo menos custos para venda.

Os saldos de goodwill são testados para impairment pelo menos uma vez por ano.

PÁGINA: 16 de 20

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

- 10.6 Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando¹: os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como: i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços contratos de construção não terminada iv. contratos de recebimentos futuros de financiamentos v. Não há ativos ou passivos detidos pelo emissor que não tenham sido retratados em
 - b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

seu balanço patrimonial

PÁGINA: 17 de 20

¹ Quando da apresentação anual do formulário de referência, as informações devem se referir às últimas demonstrações financeiras de encerramento do exercício social. Quando da apresentação do formulário de referência por conta do pedido de registro de distribuição pública de valores mobiliários, as informações devem se referir às últimas demonstrações financeiras de encerramento do exercício social e às últimas informações contábeis divulgadas pelo emissor.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

- **10.7** Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6, os diretores devem comentar:
 - a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor
 - b. natureza e o propósito da operação
 - c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Item não aplicável.

PÁGINA: 18 de 20

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

10.8 Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

- a. investimentos, incluindo:
 - i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos: *Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia não possuía investimentos em andamento. A Companhia não possui investimentos previstos para 2019.*
 - ii. fontes de financiamento dos investimentos: Não aplicável, dado que a Companhia possui investimentos em andamento, bem como não possui investimentos previstos para 2018.
 - iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos: Não há desinvestimentos relevantes em andamento e/ou previstos.
- b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor: Não aplicável, porque não houve aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia.
- c. novos produtos e serviços, indicando:
 - i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas: *Não há pesquisas em andamento*.
 - ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços: A Companhia não realiza gastos com pesquisas para o desenvolvimento de novos produtos ou serviços.
 - iii. projetos em desenvolvimento já divulgados: A Companhia não possui projetos em desenvolvimento.
 - iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços: *A Companhia não possui gastos dessa natureza*.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

10.9 Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção:

Não aplicável, dado que não houve fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.